



**Sede Nacional**

Av. 5 de Outubro, n.º 204, 3.º B

1050 – 065 Lisboa

Tel : 217 950 017

Tlm: 919 538 952

[presidencia@aspl.pt](mailto:presidencia@aspl.pt)

**Carta Aberta ao Senhor Primeiro - Ministro**

Exmo. Senhor  
Primeiro-Ministro de Portugal,  
Dr. António Costa

Lisboa, 10 de novembro de 2017

Como é do conhecimento de V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, os Professores e Educadores de Portugal estão a ser discriminados, relativamente aos restantes trabalhadores da administração pública, no que diz respeito ao descongelamento das progressões e contagem do tempo de serviço prestado.

Senhor Primeiro-Ministro, a revitalização económica do país que todos desejamos terá de ser acompanhada por uma revitalização da confiança dos cidadãos nas instituições que os representam e governam, sob pena de esta, irremediavelmente, se perder.

E, no que diz respeito aos Professores e Educadores de Portugal, a proposta presente no Orçamento de Estado para 2018, mina a sua confiança no Estado, e, sem dúvida, no Governo que V. Exa. dirige.

Veja V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> que desde que a crise económica, do final da década passada, assolou Portugal, os docentes foram chamados a contribuir, extraordinariamente, com mais trabalho e menos salário, para além de assistirem à degradação das suas condições de trabalho, e agora que se assiste a um aligeirar das dificuldades financeiras do Estado, e consequente



## ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES LICENCIADOS

---

reversão de algumas injustiças, é com profunda indignação que se verifica que os Professores e Educadores portugueses são desconsiderados relativamente a outros servidores do Estado.

A proposta presente no Orçamento de Estado para 2018 não pode apagar perto de um quarto da vida profissional dos docentes. Os últimos sete anos, acrescidos dos dois anos e meio (entre agosto de 2005 e dezembro de 2007), em que também as progressões estiveram congeladas, e que não foram contabilizados, não podem deixar de ser considerados relevantes para a progressão na sua carreira; antes de mais, porque é profundamente injusto e é um exercício político de desigualdade, ou seja, é tudo o que não deve ser.

Senhor Primeiro-Ministro, junto do Senhor Ministro da Educação, dedique algum do seu tempo, que sabemos ser escasso, à análise da Educação do país e da situação laboral dos seus principais responsáveis – os professores e os educadores. Confronte o conjunto de tarefas de lecionação e de cariz administrativo e burocrático a que estão sujeitos os docentes e verifique a impossibilidade física, material e temporal de desempenhar todas estas tarefas, sem o completo desgaste desses profissionais. Como sabe, durante estes últimos anos, as condições de trabalho dos professores e educadores deterioraram-se acentuadamente, a par do aumento exponencial das exigências que a sociedade faz à escola. Para que o sistema educativo português não colapsasse, os docentes trabalharam e trabalham muito mais horas do que aquelas que lhes são pagas e se encontram fixadas nos seus horários de 35 horas semanais; compram, do seu bolso, e sem qualquer tipo de apoio ou possibilidade de deduções fiscais, material informático e de escritório, e livros para exercer a sua profissão. Fazem tudo isto, e muito mais, porque sentem honra em servir o país, porque confiam nas instituições e porque se preocupam com as crianças e jovens que lhes são confiados e se dedicam aos seus alunos.

Repare que, durante estes cerca de nove anos e meio, os docentes sempre cumpriram, escrupulosamente, todas as suas funções. Inclusivamente, confiando no Estado, e, mais recentemente, no Governo de V. Exa, continuaram a realizar todas as atividades relacionadas com a Avaliação do Desempenho Docente, com vista à progressão na carreira, como sejam a frequência de ações de formação acreditadas, em horário pós-laboral e a



## ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES LICENCIADOS

---

expensas próprias, os relatórios de avaliação anuais e por ciclo avaliativo, as aulas observadas, entre outras atividades. Todo este trabalho e toda esta confiança não podem ser destruídos pelo Governo de Portugal!

Portanto, foi com profunda mágoa que aquando da discussão, na generalidade do Orçamento de Estado para 2018, ouvimos de Vossa Excelência referências que não correspondem à verdade, que “os professores progridem apenas com base na passagem do tempo de serviço e os restantes funcionários públicos têm um sistema de progressão baseado no mérito”.

Os Professores e Educadores de Portugal não merecem tal destrato por parte do seu país e de quem o governa! Os Professores e Educadores de Portugal merecem que o tempo de serviço por si prestado seja todo, e efetivamente, contabilizado a partir de 1 de janeiro de 2018 para efeitos de progressão na carreira. Os professores não admitem que a sua carreira passe de 40 para 50 anos, não podendo sequer almejar chegar ao topo da mesma. Os professores não admitem, mais uma vez, serem discriminados!

Saiba V. Exa. que se respeitar os Professores e Educadores manterá a confiança que estes depositaram e depositam em si e no seu governo!

Estamos confiantes que o Sr. Primeiro-Ministro tudo fará para que em sede da discussão na especialidade se corrija a proposta de Orçamento de Estado para 2018, de modo a reconhecer no imediato que o tempo de serviço prestado pelos Professores e Educadores, e que esteve congelado quase dez anos, seja considerado para efeitos de progressão e posicionamento na carreira.

V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> sabe bem que a probidade, ou seja, a observância rigorosa dos deveres, da justiça e da moral, deve sempre acompanhar o político na nobre arte de governar. De resto, parece-nos que a eliminação das injustiças e do tratamento desigual dos cidadãos, fazendo-os acreditar no Estado como pessoa de bem são condição *sine qua non* de uma boa governação.

Senhor Primeiro-Ministro, a Associação Sindical de Professores Licenciados (ASPL), enquanto instituição independente e apartidária, que completou este ano os seus 25 anos de existência, continuará a sua luta pela dignificação da carreira docente, pela valorização



## ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE PROFESSORES LICENCIADOS

---

profissional e social dos docentes, condições necessárias para o aumento da qualidade do Ensino, da Educação e da Formação, em Portugal. E é por estarmos convictos que a nossa posição é sensata e justa que acreditamos que V<sup>a</sup> Exa. concordará com a mesma e com os argumentos apresentados, dando luz verde ao efetivo e imediato descongelamento do tempo de serviço e conseqüente reposicionamento na carreira dos Professores e Educadores de Portugal.

Terminamos, agradecendo toda a Vossa atenção e disponibilidade, e reiterando a total disponibilidade da ASPL para participar nas negociações que forem necessárias no sentido de melhorar a situação socioprofissional dos docentes e de desenvolver a Educação e o Ensino nacionais, no sentido de contribuir para o progresso constante e equitativo do nosso país.

Com os nossos respeitosos cumprimentos,

A Presidente da Direção Nacional da ASPL

---

Maria de Fátima Ferreira